O caos nos exames não tinha de ser um caos

Filipa Pinto · 01.08.2026

POLÍTICA · SOCIEDADE · CULTURA

A Educação exige previsibilidade, fiabilidade e responsabilidade política. O que temos hoje é o contrário: improviso, opacidade e fuga às responsabilidades. E se tudo correr mal, paira a suspeita de que um governo de direita liberal tirará a habitual solução da cartola: privatizar.

O caos nos exames nacionais não tinha de ser um caos, mas foi graças à teimosia do Ministro da Educação que as escolas e as famílias estão a viver um período conturbado, difícil de igualar na nossa história recente.

O final do ano letivo é sempre um tempo de ansiedade para professores e alunos. Depois de meses intensos focados na aprendizagem, os alunos do 11º e 12º ano vivem o mês de junho e julho com a preocupação de terem um bom desempenho nos exames nacionais, e os professores com a mesma ansiedade relativamente ao sucesso dos seus alunos e à classificação das provas.

> Durante anos, o sistema de exames assentou num modelo estável, ainda que imperfeito: provas em papel, processos de distribuição e recolha testados e um modelo de correção com regras claras, apesar das conhecidas fragilidades na uniformização de critérios.

A avaliação externa, iniciada no final dos anos 90, robusteceu-se com o tempo, afinou processos e decorreu quase sempre sem grandes sobressaltos, com procedimentos que foram sendo ajustados ao longo dos tempos. Durante anos, o sistema de exames assentou num modelo estável, ainda que imperfeito: provas em papel, processos de distribuição e recolha testados e um modelo de correção com regras claras, apesar das conhecidas fragilidades na uniformização de critérios. Esse sistema garantia, pelo menos, previsibilidade, um elemento essencial num momento tão decisivo para a vida dos alunos.

Nos últimos anos, surgiu o objetivo da digitalização na Educação, medida essencial para cumprir o PRR e diretivas europeias. Já o governo do PS investira nesse objetivo, depois os governos da AD perseguiram-no também e o Ministro Fernando Alexandre pôs a digitalização da avaliação externa em curso.

Sem escutar a opinião de quem está no terreno há décadas, preferiu ouvir os técnicos que alegadamente lhe garantiram que era possível digitalizar manualmente, em Lisboa, mais de 300 mil provas oriundas de todo o país, sem erros e sem sobressaltos, e dentro dos prazos habituais. O processo tinha tudo para correr mal.

> Problemas técnicos, falhas nas plataformas, dificuldades operacionais e a necessidade de adiar prazos e ajustar calendários vieram expor a fragilidade de uma transição que não acautelou o essencial: a confiança no sistema. A digitalização, em vez de simplificar, veio acrescentar o caos e a incerteza para alunos e professores.

A digitalização manual folha a folha teria de ser perfeita por questões de legibilidade e nitidez e para poder ser facilmente classificada por um professor, após o carregamento dos itens na plataforma disponibilizada para o efeito. Tal não aconteceu sempre e os incidentes avolumaram-se. Com isso, a introdução da digitalização, que poderia ter sido uma oportunidade de modernização, acabou por ser feita de forma apressada e sem os necessários testes de robustez. Problemas técnicos, falhas nas plataformas, dificuldades operacionais e a necessidade de adiar prazos e ajustar calendários vieram expor a fragilidade de uma transição que não acautelou o essencial: a confiança no sistema. A digitalização, em vez de simplificar, veio acrescentar o caos e a incerteza para alunos e professores. A isto somam-se os sucessivos adiamentos e alterações no calendário dos exames, criando um clima de instabilidade permanente. Alunos que não sabem quando serão avaliados e como farão as suas candidaturas ao ensino superior, famílias incapazes de planear o verão, professores sem orientação clara, exaustos e a trabalhar na incerteza, tudo isto traduz uma falha grave de coordenação e liderança política.

> O Ministro da Educação tem sistematicamente recusado assumir responsabilidades. Opta por desvalorizar os problemas, transferir culpas para as escolas, para os diretores, para os agrupamentos de exame e manter uma narrativa de normalidade que não corresponde à realidade vivida nas escolas.

Mais preocupante ainda é a postura do Ministro da Educação que tem sistematicamente recusado assumir responsabilidades. Em vez de reconhecer erros e corrigir o rumo, opta por desvalorizar os problemas, transferir culpas para as escolas, para os diretores, para os agrupamentos de exame e manter uma narrativa de normalidade que não corresponde à realidade vivida nas escolas.

Este caos não pode ser dissociado de um processo mais amplo de reforma do Estado, anunciado com grande alarido pelo Ministro Adjunto e da Reforma do Estado e elogiado pelo Ministro da Educação, reforma que começou precisamente na área da Educação, com a fusão e extinção de entidades, a centralização de competências e a desarticulação de estruturas que garantiam proximidade e capacidade de resposta. O resultado está à vista: um sistema desarticulado, mais distante e menos eficaz. A Educação foi a cobaia da reforma do estado e os alunos e professores foram os primeiros a sofrer os impactos do teste. A escola pública já atravessou enormes reorganizações e transformações e não merecia ser submetida a mais esta prova de sobrevivência.

> A Educação foi a cobaia da reforma do estado e os alunos e professores foram os primeiros a sofrer os impactos do teste. A escola pública já atravessou enormes reorganizações e transformações e não merecia ser submetida a mais esta prova de sobrevivência.

A Educação exige previsibilidade, fiabilidade e responsabilidade política. O que temos hoje é o contrário: improviso, opacidade e fuga às responsabilidades. A incerteza assola as escolas, bem como a suspeita de que se tudo correr mal, um governo de direita liberal como o que temos tirará a habitual solução da cartola: privatizar.

Progressistas — https://progressistas.pt/artigo/o-caos-nos-exames-nao-tinha-de-ser-um-caos